

RELATÓRIO-SÍNTESE DA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / MEC / SECAD DE 17 MAIO 2005 - RJ

por

Jane Paiva

(representante dos Fóruns de EJA)

A reunião da CNAEJA ocorreu no dia 17 de maio de 2005, no Rio de Janeiro, em dia subsequente ao Fórum de EJA/RJ, como proposto na reunião de março de 2005, com vistas a oferecer espaços de eventos de EJA como possibilidades de conhecimento e interação dos integrantes da Comissão com os que vêm realizando a EJA pelo Brasil. Infelizmente, apenas um membro de fora do Rio esteve presente ao Fórum, realizado no auditório 11 da UERJ: o Professor Heleno, da CNTE, além de Aída Bezerra (RAAAB) e de Jane Paiva (Fóruns EJA). Também os dirigentes do MEC/SECAD participaram do Fórum, nas pessoas de Ricardo Henriques (Secretário) e Timothy Ireland (Diretor da DEJA), estes dois por pouco tempo, pela necessidade que tiveram de ausentar-se para uma outra reunião no Rio de Janeiro; de Margarida Machado (coordenadora pedagógica DEJA), Tancredo Maia (coordenador do Programa Brasil Alfabetizado), Cláudia Amaral (coordenadora EJA continuidade - Programa Fazendo Escola), Andréa Oliveira (assessora especial DEJA). O tema tratado no Fórum foi a apresentação, com posterior discussão, da Avaliação Diagnóstica dos Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, pesquisa coordenada por Eliane Ribeiro junto a uma rede de pesquisadores, em seis estados e dez municípios, promovida pela UNESCO e MEC/SECAD, que em breve terá uma publicação com os dados levantados/analísados.

À reunião da Comissão, ocorrida em sala de reunião na representação do MEC no RJ, à Rua da Imprensa, 16 (antigo prédio do MEC, hoje sob o controle do MinC, com apenas três andares ocupados pelo MEC), estiveram presentes: Heleno Araújo (diretor da CNTE); Maria Clara Di Pierro (suplente de Sérgio Haddad – ABONG, em viagem); Justina Iva (secretária municipal de Natal, vice-presidente da UNDIME e titular atual da CNA); Célio da Cunha (UNESCO); Jorge Honório (suplente do CRUB); Jane Paiva (Fóruns EJA); Aída Bezerra (RAAAB); Neroaldo Pontes de Azevedo (CONSED); Evando (suplente CONTAG); Schuma Schumacher (REDEH – Mulheres), além dos representantes do MEC. Ausente, com justificativa, Maria Cristina Vargas (MST, em marcha em Brasília). UNE, Representante Indígenas e de Afro-descendentes ainda sem resposta.

A pauta incluía: apresentação da pauta/aprovação; leitura da ata/aprovação; informes; apresentação e discussão da proposta de regulamentação da Medalha Paulo Freire para 2005; apresentação e discussão do Projeto de Leitura (ex-Leituração); Resolução do Programa Brasil Alfabetizado - BA; Resolução do Programa Fazendo Escola – FE; encerramento e encaminhamentos. Foi aprovada, com inversão de ordem das Resoluções dos Programas BA e FE.

A leitura da ata incorporou duas observações, sendo aprovada e assinada pelos presentes. Prof. Timothy passou a apresentar as providências tomadas em relação a encaminhamentos da reunião anterior: o relatório do Pronera não foi enviado aos membros da Comissão por estar disponível na página do INEP; a Avaliação Diagnóstica foi apresentada no dia anterior, no Fórum EJA/RJ; a Moção foi aprovada em todas as

instâncias previstas e encaminhada ao Ministro e a todos os demais, como sugerido; a proposta de reuniões regionais de parceiros do BA está sendo encaminhada, assim como uma reunião nacional para o final de 2005, desejada por todos. Por fim, informou que foi feito convite a uma pessoa da Comissão de Leituração que, no entanto, por problemas de horários de vôo, ficou impossibilitada de participar. Na seqüência de informes, Maria Clara diz que, a convite da OREALC, integra uma comissão de cinco membros que acompanha a Década da Alfabetização, e que deverá apresentar um dossiê, até o final de maio, sobre as ações brasileiras na área, previamente à reunião de setembro, em Paris. Questiona se o MEC/UNESCO podem financiar a versão do documento a ser produzido. Timothy informa que, por exigência de uma reunião/diálogo sul-sul, com países do hemisfério sul e alguns convidados, realizar-se-á em junho um evento no México, para o qual o MEC está preparando um documento de 15 páginas, sugerindo o envio do mesmo documento, que também será vertido.

Célio da Cunha informa que haverá, no dia seguinte, 18 de maio, um evento em SP sobre a presença da educação na mídia, e que um estudo anterior mostra que há baixa presença da educação de jovens e adultos nos meios de comunicação. Questiona como fazer para que a presença desses atores se intensifique na mídia. Timothy esclarece que a SECAD conseguiu, desde o mês de abril, uma assessora de comunicação, que cuidará dessa questão, formulando agora um plano de comunicação para a Secretaria; que outra ação é a previsão de agenda presidencial com, pelo menos três eventos na área; e a última, uma campanha de mídia colada ao lançamento do BA de 2005, em julho/agosto. Cláudia Amaral lembra que a Fundação Abrinq e Natura vêm fazendo ações na mídia, inclusive com divulgação nos folhetos com os quais 400.000 consultoras contribuem para mapear escolas e encaminhar alunos para a continuidade de estudos (já em torno de 32.000). Discute-se que a EJA nunca foi prioritária, e que nesse momento até tem um pouco mais de relevância. Nessa linha, Jane destaca que a própria Comissão não tem lugar na página do MEC.

Justina demonstra sua preocupação com o PRO-JOVEM, pelos desperdícios de recursos, duplicando e construindo redes paralelas à EJA. Reafirma seu entendimento de que o Programa é EJA e arrisca apostar que muitos jovens migrarão de programa, com a chegada do PRO-JOVEM, determinando evasão nas classes. Pede maiores informações, pelo fato de não ter estado presente à última reunião, quando ainda não era a titular, sendo atendida por Jane, que acrescenta os dilemas que foram expostos no Fórum EJA/RJ, no mês de abril, quando a Secretária Adjunta de Juventude esteve presente, debatendo o Programa. Informa-se que o Programa já foi aprovado pelo CNE, como projeto experimental, segundo o Art. 80 da LDB, e que o Parecer o considera EJA.

Sobre o mapeamento, informa-se que a mídia em torno da coleta de dados contou com 50.000 cartazes, distribuídos com a ajuda de Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, e mídia via rádio, faltando a TV, não feita por questões de custos. Os agentes de coleta avançam e há alguns consolidados aparecendo, parciais, em função das possibilidades dos agentes incluírem os dados eletronicamente no sistema. A Comissão lê a tabela apresentada e pede esclarecimentos sobre alguns itens. A DEJA irá encaminhar relatórios mais completos, desagregando projetos por estados e municípios. Sugere-se que estados e municípios recebam a listagem com os contatos dos agentes de coleta, com vistas a verificar/auxiliar, na compreensão/clareza de dados.

A discussão da Medalha Paulo Freire ocorreu entre posições que defendiam uma premiação menor, institucional; e outros que defendiam uma premiação mais extensa, tanto nos termos do que abordou o Presidente no dia do lançamento, quanto pela visibilidade possível a projetos/gestores que passaram a assumir/fazer bem a EJA. A posição tomada, depois das discussões a serem incorporadas pela DEJA, e depois enviada a Maria Clara, Justina e Neroaldo, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento do regulamento, nos termos das discussões, fica assim assegurada:

definição de critérios de qualidade, continuidade, inovação etc., que devem estar presentes nos dois projetos indicados nos estados, pelos Fóruns, destacando-se um ou vários deles, pela relevância atribuída ao que contribuem para a EJA, tanto revelando iniciativas e/ou políticas de gestão na área (órgãos públicos e ou privados); quanto ação formadora (universidades, ONGs etc.). Entende-se que, neste momento, como a Fundação Abrinq já premia escolas e professores, a Medalha deverá ficar restrita a instituições;

candidaturas de propostas de iniciativas/políticas em alfabetização, com ou sem parceria com o Programa Brasil Alfabetizado, contendo: relatório, comprovação de pelo menos dois anos de atividades, fotos, acervos, relatórios parciais, sistematizações etc.

organização de Comissão nos estados, pelos Fóruns, para selecionar dois projetos, com qualquer critérios dos acima expostos, ou conjunto de critérios (o que significa que podem ser duas prefeituras; ou duas ONGs; ou uma de cada; ou uma universidade e uma prefeitura etc.

pré-seleção, por equipe técnica da SECAD, do conjunto de candidaturas nacionais, de dez propostas

seleção de cinco instituições dentre as dez pré-selecionadas.

O prêmio, como já apontado em relatório anterior, será produzido pelo artista Brennand, de PE.

A discussão da proposta da política de leitura ocorreu, depois do informe de que já ocorreram duas reuniões técnicas com os membros da Comissão de Leituração, uma delas com integrantes dos Correios, que relataram sobre o projeto-piloto desenvolvido na PB, quando carteiros atuaram como agentes de leitura, levando livros aos neoleitores. Jane encaminhou questões sobre o uso do conceito de neo-alfabetizados, e de sustentação de uma política sobre a idéia de alfabetização e letramento, quando o que se deseja é a formação de leitores, o que começa tão logo se inicia o processo de aprender a ler, não se aprendendo antes, para ler depois. Quem aprende a ler, o faz lendo, sendo um equívoco afirmar que só se lê, depois que se aprende a ler. Questiona as concepções e como elas têm levado a práticas equivocadas, que remetem a cartilhas e à pobreza de materiais de leitura, dispensando a infinidade de textos e suportes que a leitura utiliza, exigindo do leitor conhecimentos variados para reagir à diversidade de textos com os quais compartilha seu cotidiano (falando-se da cultura escrita). Reafirma as discussões encaminhadas no âmbito do MinC e do próprio MEC/SEB, sobre a questão de acervos coletivos x individuais, questionando as formas mais eficientes de aplicar recursos públicos, embora saiba da alegria de “ganhar” livros, para quem nunca os teve. Por último, questiona se se trata de uma política de leitura ou de formação de leitores,

entendendo que a primeira cabe à Cultura, enquanto à ação pedagógica cabe a segunda, e encerra levantando a questão se cabe ao MEC/SECAD formular mais uma política centralizada, dado que os recursos, grosso modo (7 milhões e 400mil reais, ao todo, para 2 milhões e 200 mil alfabetizando), talvez sejam insuficientes para adquirir apenas um livro para cada aluno, assim como poderão ser melhor utilizados se dispostos segundo propostas locais, específicas, pensadas segundo a realidade de cada região/projeto/comunidade. Heleno reforçou a posição de que nas escolas a questão da leitura tem sido complicada pelos espaços, falta de pessoal qualificado etc.; Aída também reiterou a necessidade de formação de um professor-leitor, exemplificando com a experiência do BAM – Banco de Ajuda Mútua, quando os docentes demonstravam a dificuldade com o registro de suas próprias práticas/textos escritos, e Maria Clara também questiona a visão política, defendendo que a SECAD deve fazer política, mas não programa centralizado. A discussão de todos os membros foi curta, pelo avançado da hora, acertando-se a necessidade do envio de comentários/contribuições à minuta em 21 dias.

Por fim, chegou-se à discussão do Programa FE, tão esperado pelos representantes do CONSED e da UNDIME, principalmente. Muitas posições foram colocadas quanto à necessidade imediata de que as Resoluções sejam divulgadas imediatamente, pelo adiantado do ano, e pelo fato de, em muitos locais em que as aulas já começaram desde fevereiro, estes recursos estarem fazendo falta. Apresentada a proposta, numa particularização do que fora demonstrado na reunião de março, reiterou-se a idéia de que se reduziam os recursos per capita do FE, para incluir os municípios que, estimulados a fazerem EJA, com vistas a garantir a continuidade dos alfabetizados, responderam positivamente e deveriam ser contemplados com recursos de apoio. Como, no entanto, o cobertor — curto —, não aumentou de tamanho, para cobrir a todos exigia uma categorização em quatro faixas (incluindo um índice de fragilidade educacional em EJA, que utiliza dados de população, analfabetos etc.), em que cerca de 1000 municípios continuam recebendo R\$250,00 por aluno, mas os demais (cerca de 3000) passam a receber valores que variam de 0,8 a 0,4 ($250,00 = 1$); e estados e Distrito Federal de 0,8 a 0,2. Avaliou-se o desgaste político dessa mudança, e Justina, representando a UNDIME, protestou pelo fato de a entidade não ter sido chamada para discutir a proposta (o que foi justificado pela mudança de direção na entidade, com os novos prefeitos recém-eleitos), fazendo consistente análise dos problemas advindos dessa proposta, inclusive quanto à posição de todos, e da UNDIME, em especial, que não aceita qualquer diferenciação dos valores da EJA em relação aos destinados ao EF regular, no FUNDEB. Questiona como poderia defender/aceitar esta proposta, incoerente com a posição assumida para o FUNDEB. Jane alertou, destacando que sua posição era confortável, por não ser gestora, nessa hora, mas desconfortável diante do impasse verificado, que não lhe dava segurança sobre como proceder como representante dos Fóruns. Alguns aspectos, no entanto, deveriam ser considerados cuidadosamente. Um deles, o dado da pesquisa que indicava que dos dez municípios investigados, só dois sabiam da existência dos recursos, enquanto os demais não tinham conhecimento de que havia recurso/Programa FE. Questiona, então, o que mantinha a EJA, até então? Como reconhecer o esforço dos municípios que bancaram a EJA na expectativa de novos recursos de apoio? E como adiar ainda mais a divulgação da Resolução? Aída também levanta preocupações sobre o que significa essa continuidade em municípios muito pequenos e carentes, em que a pergunta, quando feita na pesquisa, causava estranheza nos entrevistados. Há como sustentar, efetivamente, a necessidade de apoio a municípios que sequer sabem o que significa dar continuidade à

alfabetização, indagava Aída? Entende que a EJA paga o preço da forma como o BA foi implantado, e compartilha com a preocupação quanto a novos adiamentos da Resolução. Helene alerta para os acompanhamentos que a CNTE faz, e que leva à constatação de que muitos não aplicam 25%, e quando o fazem, menos, ou total, é com pouca qualidade, ou seja, aplicam mal, havendo, portanto, sempre, necessidade de recursos suplementares da União. Entende que diminuir a per capita é prejuízo, devendo-se, isto sim, trabalhar para aumentar o valor anterior, mas jamais reduzi-lo. Neroaldo também levantou fortemente a preocupação com a posição sustentada pela DEJA, fazendo uma última proposta de que o MEC publicasse imediatamente a Resolução, precedendo o ato, no entanto, de uma última consulta à direção das duas entidades (corrigindo, assim, a falha junto à UNDIME), para dirimir e verificar se havia apoio para a proposta (ambas as entidades também sem poder de deliberação), já que a Comissão, de caráter consultivo, não poderia ir além das ponderações que fazia, cabendo ao MEC tomar a decisão final. Jane ainda propôs que, como havia posição na mesa de que só fossem repartidos com os novos municípios os recursos captados além dos 390 milhões iniciais (num total de mais 95 milhões), que se fizesse a discussão com as entidades com uma outra proposta: calcular quanto tocaria a cada um dos novos municípios, com os novos 95 milhões (considerando matrículas, para verificar o per capita); e calcular o quanto valeria o per capita dos antigos parceiros apoiados, com os 390 milhões iniciais (já se dissera, na reunião de março, que o recurso com 250 reais seria insuficiente para manter a todos, com a expansão de matrículas do censo 2004, sendo necessários muito mais recursos) repartidos pelo número de matrículas atuais. Com esses elementos, haveria mais alguns dados para compor soluções conciliadas, se for possível. Neroaldo também se surpreendera porque os 90 milhões novos advieram de recursos do MEC previstos para o FUNDEB em 2005, e que como este não foi aprovado, foram remanejados para o Ensino Médio (só estados podem executar o EM), depois de acordos com o CONSED. Agora passava a ser informado que 90 milhões haviam sido suprimidos, acabando por ficar claro que esta havia sido sugestão da UNDIME, para que mais recursos integrassem as verbas da EJA, que não beneficiavam apenas a municípios, mas também a estados. Toda a Comissão assumiu não concordar com a redução de valores, propondo Célio da Cunha, que se faça gestões junto ao Ministro para que ele se empenhe diretamente, diante das argumentações, para que sejam deslocados mais recursos para a educação, no seu entender, ainda possível de acontecer.

Breve notícia foi apresentada sobre o BA, que não muda seus valores para cálculo, apenas as regras e procedimentos de propostas de ação, buscando simplificar e ganhar tempo, dado o atraso na Resolução. Em breve estará sendo divulgada, mantendo a lógica de maiores investimentos para o setor público (70%) e 30% para o privado. Para 2005, há 212 milhões previstos, para 2 milhões e 200 mil alunos. As metas a serem pactuadas levarão em conta os atendimentos já efetivados (não alfabetizações efetivamente ocorridas), devendo-se negociar, caso haja duplicidade entre estado e município.